

Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar

Autoria: Alexandre Reis Rosa, Mozar José de Brito

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução em uma organização a ele integrada. Resultado de uma pesquisa de mestrado, a análise aborda a masculinidade como elemento central do processo de exclusão feminina nas atividades nobres do campo militar. Nesse sentido, a sociologia simbólica de Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender como essa masculinidade forma uma espécie de “ordem androcêntrica” capaz de reproduzir e perpetuar posições de poder, delimitando a percepção dos agentes acerca das desigualdades que marcam a assimetria entre gêneros no referido campo. A metodologia utilizada foi o estudo de caso com observação não-participante, entrevistas em profundidade e análise documental e de conteúdo. A análise das evidências empíricas nos permite concluir que existem duas percepções gerais acerca dessas desigualdades que servem de justificativa para alocação das mulheres: (i) as *desigualdades morais*, que refletem a dimensão psico-social e (ii) as *desigualdades corporais*, que refletem a dimensão físico-corporal, como principais instrumentos que visam, sobretudo, reproduzir a dominação masculina na organização militar.

1 Introdução

Embora hoje as mulheres tenham ampliado sua inserção nos espaços públicos e privados, outrora exclusivos do universo masculino (mundo do trabalho, meio científico e esportes de alto nível), para a historiadora Michele Perrot (1998), elas ainda encontram fortes resistências em três campos consolidados na Idade Média e que até hoje estruturam boa parte das nossas relações sociais: o religioso, o político e o militar. Nesse último caso, a mulher sempre esteve próxima, mas somente foi incorporada muito recentemente em virtude das conquistas advindas do movimento feminista e de outras mudanças estruturais da sociedade como a ampliação do mercado de trabalho, a ascensão do Estado democrático e as mudanças no modelo de família contemporânea. Contudo, mesmo diante de um movimento social de abertura, o caráter hermético da organização militar tende a assumir uma dinâmica inercial pela qual se busca preservar estruturas do passado que são até re-significadas no presente, mas não completamente modificadas.

Além disso, o “mundo militar” na qualidade de campo social possui regras, relações de força e tipos de capital que delimitam um espaço relativamente autônomo, cuja dinâmica, por força da hierarquia, tende a se pautar na estratégia delimitada pelos dominantes que, segundo a teoria dos campos sociais, tende a ser de *conservação* da dinâmica e estrutura do campo. Em adição, o campo militar assume também um caráter masculinizado em virtude da sua vinculação com a nobreza de espada, cuja honra deveria ser defendida a todo custo *pela espada*. Ao ser transmitido para a nobreza de corte e depois para a sociedade burguesa, o *locus* de reprodução dessa lógica ficou sendo os exércitos modernos e sua latente possibilidade de defender essa honra (não mais uma honra nobiliárquica, mas a honra patriótica) ainda por meio das guerras (Oliveira, 2004).

Em conseqüência, ao adentrar o campo militar, a mulher se depara com todas essas particularidades que devem ser incorporadas sob o risco de não permanecerem no campo. Sendo assim, as mulheres se dispõem a um tipo de socialização que tende a violentá-las simbolicamente em sua feminilidade na medida em que são submetidas a uma ordem androcêntrica secularizada, isto é, institucionalizada ao longo de três séculos, considerando a fundação do Exército Brasileiro no século XVII.

Sendo assim, objetivamos neste artigo compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução em uma organização a ele integrada.

Procuramos mobilizar o referido contexto sócio-organizacional e confrontá-lo com os dados coletados na pesquisa, tudo isso com o intuito de compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução na organização analisada. Resultado de uma pesquisa de mestrado, a análise aborda a masculinidade como elemento central do processo de exclusão feminina nas atividades nobres do campo militar. Nesse sentido, a sociologia simbólica de Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender como essa masculinidade forma uma espécie de “ordem androcêntrica” capaz de reproduzir e perpetuar posições de poder, delimitando a percepção dos agentes acerca das desigualdades que marcam a assimetria entre gêneros no referido campo. A metodologia utilizada foi o estudo de caso com observação não-participante, entrevistas em profundidade e análise documental e de conteúdo.

O artigo foi organizado da seguinte forma: inicialmente fazemos uma breve discussão sobre gênero, sociedade e organizações situando nossa perspectiva de análise dentro dos estudos sobre gênero de uma forma geral, depois situamos a mulher no movimento social de *dominação-emancipação* que marcou a sua saída da esfera privada para a esfera pública ocupando espaços outrora exclusivos do gênero masculino. Em seguida apresentamos um histórico da mulher militar em suas três fases de aproximação com esse campo social. Na terceira parte, apresentamos a discussão principal sobre dominação masculina e violência simbólica em que são discutidas também as desigualdades *morais* e *corporais* que marcam a assimetria de gêneros no campo militar.

2 Gêneros, Sociedade e Organizações: da esfera privada à esfera pública

Em sua gênese, o conceito de gênero era sinônimo de “mulher”. Ou seja, estudos de gênero nada mais eram do que estudos sobre a mulher (Scott, 1988). O esforço da militância feminista era trazer à tona a dimensão feminina dos processos sociais, sobretudo por meio de uma re-leitura da história social que de alguma forma “esqueceu” o relevante papel das mulheres na evolução social. Nesse campo destacam-se os trabalhos de Michele Perrot (1988; 1990; 1998) que se empenhou em escrever uma “história das mulheres”, articulando o conceito de gênero aos diversos episódios históricos que marcaram as mudanças políticas, econômicas e sociais da humanidade. Dessa forma, outras áreas de estudos também fixaram o olhar na mulher tratando-a como agente privilegiado, subvertendo a ordem masculina presente nos estudos até então elaborados¹.

No entanto, ao fixar o olhar apenas na “mulher” ou na “condição feminina”, além de anular a influência do *outro* (homem) na construção da subjetividade feminina, também “[...] deixa a impressão de que os homens existem em algum lugar além do social, como se – mais uma vez – o masculino constituísse um parâmetro extra-histórico e englobante” (Fonseca, 1998, p.17). Assim, diferentemente das primeiras análises, emergem os estudos que passam a olhar a categoria “gênero” como resultado de uma relação entre mulheres e homens, ou melhor, entre feminilidades e masculinidades, observando-a, sobretudo, como uma relação de poder em que ocorrem assimetrias entre os gêneros conforme o contexto analisado. A partir dessa abertura, há um resgate do *outro* na relação e os estudos sobre homens e suas múltiplas masculinidades passam a ser uma opção teórica para compreensão da dinâmica dos “gêneros”. Porém, como ressalta Rago (1998, p. 37-38), essa abertura ocorre

“[...] num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a ‘revolução feminista’ e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos – interdisciplinares – sobre a masculinidade, com enorme aceitação”.

Inseridos no contexto descrito por Rago (1998), surgem então estudos sobre masculinidade que podem ser vistos dentro de uma lógica de *hegemonia* ou de *dominação*. No primeiro caso, há uma articulação da categoria “gênero” e “classe” com base em uma leitura gramsciana por meio da qual se busca formular o conceito de *masculinidade*

hegemônica (Connel, 1995; Donaldson, 1993). No segundo, sobre dominação – foco da nossa análise, há uma articulação de “gênero” com a ordem simbólica androcêntrica que se inscreve nos corpos formando um *habitus* gendrado passível de incorporar a referida ordem, ficando, com isso, à mercê de uma violência de natureza simbólica (Bourdieu, 1999).

Por conseguinte, mesmo adotando essa abertura para os estudos sobre masculinidade, em particular na lógica da dominação, não podemos perder de vista o *outro* da relação – que, nesse caso, passa a ser a mulher –, bem como não podemos também perder o aporte teórico desenvolvido pelos estudos feministas. Afinal, se estamos buscando uma análise *relacional*, torna-se mister assumi-la tanto no plano empírico, como no teórico. Assim, vale retomar e depois sobrepor os pontos de passagem pelos quais o conceito de gênero transitou, seja nas ciências sociais em geral, seja nos estudos organizacionais em particular.

No primeiro caso, Costa (1994) argumenta que o referido conceito tende a assumir diferentes leituras, entre as quais: (i) *gênero como variável binária*, que enfoca a diferença sexual como determinante na forma como os gêneros se comunicam, pois, tendo essências diferentes, assumem linguagens diferentes numa lógica estática, dualista e biológica que impede a compreensão do contexto sócio-histórico-cultural; (ii) *gênero como papéis sexuais dicotomizados*, que, apesar de abandonar o fator biológico presente nas leituras binárias, continua a enfatizar dualismos por meio de uma abordagem de papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, sem contudo procurar entender como esses papéis são definidos e quem os determina; (iii) *gênero como variável psicológica*, que assume a diferença de gêneros em termos de grau, expressa por uma escala onde o mais masculino ficaria em um dos extremos e o mais feminino no outro e todos os indivíduos se localizariam entre eles. Porém nessa escala, não se demonstra o que significa ser mais masculino ou mais feminino, perpetuando as noções tradicionais que ela mesma se propõe dissolver; (iv) *gênero como tradução de sistemas culturais*, que assume as trajetórias de vida como responsáveis pelas diferenças entre homens e mulheres considerando-se uma socialização gendrada em que meninos e meninas são educados para agirem de forma distinta, criando subculturas que, muitas vezes, impede que se percebam mecanismos de dominação de um sobre o outro; e (v) *gênero como relacional*, que abandona a visão binária e a divisão de papéis permitindo uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade conforme as relações entre os gêneros e a interação dialética entre a prática social e a estrutura social. Com isso, assume a relação do contexto social e seus vários fatores que influenciam na formação dos sujeitos.

No âmbito dos estudos organizacionais, Calas & Smircich (1996) apresentam também diversas concepções da categoria gênero de acordo com os tipos de abordagens elaboradas pelas teorias feministas. Em cada uma delas “gênero” assume um formato diferente:

Abordagem	Concepção de gênero
Liberal	O gênero é socializado em seres humanos sexuados pelo comportamento adequado ao sexo
Radical	O gênero é uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens.
Psicanalítica	O gênero estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicosssexual.
Marxista	O gênero é parte de relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista.
Socialista	O gênero é constituído processual e socialmente por meio de diversas intersecções de sexo, raça, ideologia e experiências de opressão sob o patriarcado e o capitalismo.
Pós-Estruturalista	Sexo e gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos.
(pós) colonialista	Considera a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo/gênero, enfocando aspectos de gênero nos processos de globalização.

Quadro 1 – Concepção de Gênero nas abordagens feministas

Fonte: Adaptado de Calas & Smircich (1996, p. 220-221).

Sobrepondo as classificações de Costa (1994) e Calas & Smircich (1996), podemos dizer que as leituras e concepções mais próximas da nossa discussão são a de *gênero como relacional* seguida de *gênero como tradução de sistemas culturais* e a abordagem *Socialista* com *alguns* elementos da abordagem *Radical* e *Pós-Estruturalista*, em particular no que tange, respectivamente, à estrutura do sistema social favorável, a dominação masculina e sexo e gênero como *práticas sociais* (que incluem as práticas discursivas)ⁱⁱ que constituem subjetividades por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos. Desse modo, temos uma ontologia de gêneros que tem sido construída socialmente, sustentada culturalmente, inscrita nos corpos e reproduzida nas relações entre os gêneros por meio de suas práticas que são contextualmente situadas.

Em termos históricos, a relação entre gêneros se caracteriza por um ciclo de (re)produção responsável pela divisão sexual cuja dinâmica se ajustou à divisão social do trabalho e suas representações na esfera pública e privada. Pois nesses dois espaços de interação “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes” (Perrot, 1988, p.178). Nesse sentido, a ascensão da burguesia foi de fundamental importância nesse processo, na medida em que “[...] a mulher passa a ser vista como complemento do homem, que deveria ser aperfeiçoado e enobrecido pela afeição e o puro amor de uma mulher” (Oliveira, 2004, p. 72), formando, com isso, o modelo ideal de família nuclear na qual a “[...] monogamia e sua forma moderna – o casamento burguês – [foi] a chave da opressão das mulheres” (Perrot, 1988, p. 175) criando a figura do “Pai” em contraste com a da “Mãe”. Esta, confinada na esfera privada, assumia os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, enquanto aquele, destinado à esfera pública, assumia a função de proteger, sustentar e representar a família.

Na experiência brasileira, a origem dessa dualidade, entre o público e o privado, remete ao período colonial da nossa formação em que predominava um modelo de *organização familista*ⁱⁱⁱ no qual a Casa-grande era o centro da dinâmica social da época. Nesse sentido, D’Avila Neto (1980), argumenta que a passagem da esfera privada rural à esfera privada urbana constituiu-se num fenômeno bastante difuso na nossa experiência, diluindo, em grande parte, a idéia de um conservadorismo da família rural e de uma suposta inovação da família urbana. Pois a dinâmica do que ela denomina de “patriarcado rural” se reproduziu sob novas cores na vida urbana.

Por outro lado, Perrot (1988, p.180) argumenta que “[...] nem todo público é masculino [e] [...] nem todo privado é feminino”, pois mesmo no espaço da casa “[...] coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés)” que tornam a esfera privada um lugar ambíguo. Em outra direção, agora do privado para o público, a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser considerada um duplo movimento de sobreposição e ruptura das duas esferas. Sobreposição porque mesmo exercendo atividades profissionais, as mulheres, em grande parte, ainda cumprem os afazeres domésticos, o que as leva a transitar nas duas esferas assumindo uma dupla jornada de trabalho (Posthuma, 1997). Mas também de ruptura porque muitas delas

“[...] deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos. Desafiaram a dicotomia entre público e privado, conquistaram direitos como cidadãs, constituíram-se como indivíduos. O individualismo patriarcal foi abalado e a igualdade entre homens e mulheres colocou-se como possibilidade social” (Vaitsman, 2001, p.16).

Nas organizações em particular, as mulheres têm conquistado espaços que vão além do tradicional chão de fábrica das atividades manuais, passando a ocupar cargos de supervisão e gerência modificando a dinâmica das relações de trabalho. Nesse sentido, seguem-se os desafios de modificação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, de incorporação de valores masculinos, de enfrentar a dupla jornada de trabalho e, conseqüentemente, da

segregação e discriminação materializadas por meio de salários menores e funções menos relevantes (que caracterizam um tipo de segregação horizontal), dando início ao fenômeno denominado de “teto de vidro” (visto como um tipo de segregação vertical), que se caracteriza por barreiras invisíveis que são institucionalizadas pelo universo masculino e impedem a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia das organizações (Calás & Smircich, 1998). Não obstante a tais aberturas e suas barreiras estruturais, as mulheres conquistaram também posições em áreas profissionais historicamente dominadas por homens, tais como, a política, as Forças Auxiliares (Polícia) e as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica); das quais, nas duas últimas, perdura certa resistência em aceitá-las plenamente, conforme veremos nos itens a seguir.

3 Sobre a mulher militar

A presença da mulher na organização militar contemporânea é o resultado de um longo processo de aproximação delas com esse universo tradicionalmente masculino. Três fases marcam esse processo: a *agregação* em que elas apenas acompanhavam os exércitos exercendo funções informais de apoio, a *convocação* em períodos de guerra para funções auxiliares e, finalmente, sua *incorporação* efetiva na organização, com direito a uma carreira, promoções e condições muito próximas aos dos homens. Mas ainda com restrições à ocupação de funções de prestígio tais como as relacionadas ao combate.

3.1 Agregadas: as mulheres que acompanhavam os exércitos

Os pontos-chave da marginalização feminina nos combates residem na influência do Direito romano na estruturação dos exércitos medievais (Itália, início do século XII; países germânicos, meados do século XII; e França, séculos XV e XVI) restringindo sua incorporação das fileiras do exército e a Igreja católica com sua manifestada desconfiança em relação à mulher que era vista como fonte do pecado. Desse modo, somado a uma série de outros fatores, o feminino passa a ser visto como algo contrário à guerra e por isso deveria ser afastado das ações bélicas, todavia elas não se ausentaram totalmente dos campos de batalha, continuaram presentes nas marchas e nos acampamentos sendo conhecidas, daí por diante, como “as mulheres que acompanhavam os exércitos” (Caire, 2002, p. 18). Em princípio, elas estavam fora dos combates, mas exerciam diversas funções na tropa.

“Seja durante a Idade Média, seja no decorrer do Antigo Regime, seja ao tempo da Revolução e do Império, elas seguiram exércitos como esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadoras antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandeiras e lavadeiras. A partir dessas profissões regulamentares, tentou-se, uma vez mais, eliminar todas as outras categorias de ‘acompanhantes’, mas foi em vão” (Caire, p.18).

O número de mulheres que acompanhavam os exércitos era de tal ordem que muitas vezes a tropa tinha dificuldades de fazer seus deslocamentos por causa da quantidade de mulheres ocupando carroças e barracas militares. Essas mulheres em grande parte eram esposas e amantes dos soldados, quando não prostitutas que serviam de “repouso do guerreiro”. Com efeito, os comandos militares se viram obrigados a restringir suas presenças na tropa por meio de regulamentos que, de um lado, legitimavam algumas funções vitais para guerra, tais como as lavadeiras (que cuidavam do fardamento), as cantineiras (que supriam na alimentação) e as vivandeiras (que cuidavam dos feridos após as batalhas) e, por outro lado, excluía rigorosamente as mulheres “vadias” que não contribuía funcionalmente com a guerra e limitavam-se apenas à prostituição, engordando as despesas com alimentação e estadia nos acampamentos (Caire, 2002).

Assim, muito embora os chefes militares ignorassem as restrições quanto à presença das mulheres consideradas inúteis ao combate, a legislação da época passou a regular as funções autorizadas, fixando o número de mulheres que poderiam acompanhar os exércitos. Essa medida foi responsável pela institucionalização da mulher como instrumento de apoio,

prestando serviços auxiliares em pontos seguros da guerra como nos acampamentos à retaguarda dos combates ou nos “[...] ‘hospitais fixos’ em companhia das irmãs de caridade, as quais de longa data desempenhavam tais atribuições” (Caire, 2002, p. 35).

A presença marginal das mulheres perdura ao longo dos anos subsequentes chegando ao século XX sob novas formas. Todavia, as urgências da guerra foram responsáveis pela melhoria dessa condição na medida em que passou a convocá-las para incorporação em unidades militares, ainda que em funções auxiliares e apenas no período vigente da guerra.

3.2 Convocadas: as urgências da guerra

A convocação do contingente feminino entrou na pauta das discussões políticas quando a mulher passou a ser vista como uma alternativa ao problema dos efetivos, pois ao ocuparem posições nas chamadas “atividades-meio” as mulheres liberavam os homens para as “atividades-fim”, isto é, para as áreas combatentes. Assim, a Primeira Guerra Mundial foi o palco de atuação dos primeiros corpos femininos militarizados. Entre as nações envolvidas no conflito, destacam-se as iniciativas da Inglaterra e dos EUA (Caire, 2002).

Na experiência Inglesa, as mulheres compuseram inicialmente, no final de 1914 e início de 1915, unidades cujas funções de apoio variavam desde atividades de rancho, passando por manutenção de equipamentos e instalações, telefonia, telegrafia, triagem de correspondências, decifração de mensagens, etc. Os cargos de chefia eram ocupados também por mulheres com o mesmo *status* dos oficiais, contudo não detinham postos da hierarquia militar e não eram reguladas por estatuto militar, sua classificação no Ministério da Guerra era de “civis acompanhantes do Exército”. Durante o período da guerra, cerca de 100.000 mulheres serviram nessas diversas unidades femininas militarizadas. Entretanto, de acordo com Caire (2002), ao final da guerra, todas as mulheres alistadas foram desmobilizadas.

Nas forças armadas (FFAA) norte-americanas, houve um movimento similar ao dos Ingleses. Formaram-se unidades femininas também desvinculadas do estatuto e da hierarquia de postos militares. Diferentemente das britânicas, elas eram subordinadas aos homens e inicialmente foram empregadas no Exército para funções de apoio, onde sofreram certa resistência por parte dos militares do segmento masculino resultando numa série de barreiras legais: elas usavam uniformes, mas seus contratos eram puramente civis. No serviço naval, por sua vez, não havia as mesmas barreiras do Exército e as mulheres foram amplamente mobilizadas substituindo os homens nas atividades-meio. A Marinha criou unidades com funções em terra, uma parte na área burocrática e outra nos hospitais militares. Análogo ao caso Inglês, “todas elas foram dispensadas em julho de 1919” (Caire, 2002, p.61).

Nas duas experiências anglo-saxão um ponto deve ser destacado: a influência da Cruz Vermelha na criação dos chamados *Nurses Corps* (Corpo de Enfermeiras). Pois diferentemente das outras unidades criadas tanto nas FFAA inglesas quanto norte-americanas, os corpos de enfermeiras não foram totalmente desmobilizados após a guerra. Muitas unidades foram preservadas no entre guerras e serviram de base para a configuração do serviço feminino na Segunda Grande Guerra. Oportunidade em que o Brasil também pôde formar seu primeiro corpo de voluntárias femininas na Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Simbolicamente, a presença feminina no *front* representava um tipo de *presença materna* no campo de batalha, aliviando o sofrimento dos nossos soldados feridos (Cytrynowicz, 2000). A imagem de “mãe-pátria” que cumpria uma “missão divina”, veiculada antes mesmo do engajamento feminino na guerra, foi uma estratégia do Estado-Novo para mobilizar um ideal de comunhão social em torno das mulheres ricas e pobres que poderiam de unir no trabalho e no cuidado dos filhos enviados à Itália (Cytrynowicz, 2000). Por outro lado, essa mesma imagem associada ao *cuidado* dos “filhos” estava referenciada nas atividades vistas como “adequadas” para mulheres. Isto é, como uma vocação “natural” tida como extensão do papel de mãe que cuida da casa (campo de batalha), dos filhos (soldados) e está subordinada ao marido (médico) que é o chefe da família (equipe médica). Assim, havia

valores e ideais vigentes nas relações entre gêneros que se reproduziam, tanto no discurso oficial como na própria auto-imagem da profissão de enfermeira, e, de alguma forma, “legitimavam” a presença delas na organização militar.

Mesmo com a desmobilização do contingente feminino após o término da guerra, a participação das mulheres na FEB teve um efeito similar ao que ocorreu com os negros que participaram da Guerra do Paraguai: o reconhecimento de sua competência. A idéia de inferioridade das mulheres e a visão tradicional da mulher presa na esfera privada e nas funções domésticas foram, de certa forma, rompidas. Pois ao participarem de uma *Guerra*, elas mostraram sua capacidade de movimentarem-se com êxito naquele ambiente hostil e simbolicamente viril, onde muitos brasileiros do sexo masculino não tiveram a oportunidade de estar. Os caminhos abertos pelo episódio da FEB foram cruciais na melhoria da condição feminina na sociedade e ainda, do ponto de vista militar, fundaram as bases para sua incorporação, anos mais tarde, nas polícias estaduais e nas forças armadas.

3.3 Incorporadas: as “necessidades” da paz

Anos após a experiência feminina na Segunda Guerra Mundial, as FFAA voltaram-se novamente ao recrutamento exclusivamente masculino. Até que em 1955, dez anos após a guerra, a Polícia Militar de São Paulo resolve incorporar mulheres influenciando ações similares, por exemplo, nos Estados do Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981 e nos demais Estados em anos subseqüentes (Cappelle, 2006). Essa iniciativa das policiais estaduais pode ser considerada um marco inicial que propiciaria a inserção corpo feminino nas FFAA uma vez que, mesmo diante de missões institucionais diferenciadas, ambas as instituições (Forças Auxiliares e Forças Armadas) compartilham de um ponto de origem comum e de um mesmo *ethos* masculino devido à associação entre violência e virilidade presente em suas dinâmicas organizacionais. Todavia, a incorporação de mulheres nas FFAA ocorreu somente 25 anos depois da força pública de São Paulo, refletindo uma posição mais conservadora por parte das FFAA brasileiras.

Segundo D’Araújo (2004), esse distanciamento feminino das operações militares se deu – e de certa forma continua ocorrendo – em virtude dos valores defendidos historicamente pelos militares, tais como a coragem, a brutalidade e a rusticidade que são pré-condições necessárias à incorporação de atributos que estão ligados à masculinidade representados pelo risco, pela mobilidade geográfica, pela separação temporária da família, pela necessidade de praticar a violência, pela exposição ao perigo, aos treinamentos intensivos, aos exercícios físicos pesados e à obediência profissional, acima de qualquer direito ou dever pessoal. Essa demarcação do que seja função “de macho” tem sido a principal justificativa para o não-acesso das mulheres aos altos postos da hierarquia militar e foi, durante muito tempo, a principal justificativa para não aceitá-las na corporação. Na intolerância quanto à natureza biológica feminina, expressa-se uma visão da mulher como “sexo frágil” contribuindo para a reprodução dos valores masculinos na socialização das mulheres que entram na instituição e, com isso, reforça-se o discurso da incompatibilidade feminina com os valores atribuídos ao conceito de *ser militar*. Dessa forma, permite-se que haja uma socialização do biológico e uma biologização do social mascarando a arbitrária divisão dos gêneros na organização militar (Bourdieu, 1999).

As organizações militares também se depararam com o paradoxo: *como admitir mulheres, com sua fragilidade e natureza fisicamente débeis, em uma organização que por definição tem de lidar com o monopólio da força bruta?* A saída encontrada pelos chefes militares, segundo D’Araújo (2003), foi incluí-las com restrições. Ou seja, destiná-las para funções que não exigissem desempenho físico da atividade militar.

Assim, as FFAA incorporaram as primeiras mulheres no ano de 1980 por meio da iniciativa da Marinha, seguida da Força Aérea em 1982, e, por último, pelo Exército em 1992, quando abre a primeira turma de oficiais com 29 mulheres que ingressaram da Escola de

Administração do Exército (EsAEx). Em 1997, houve a abertura de turmas femininas no Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1996, criou-se o serviço militar voluntário para a área administrativa e de saúde e, finalmente, em 1998 foi implantado um projeto piloto de formação de “atiradoras” na Amazônia sendo desativado em 2001 (D’Araujo, 2003).

Das três forças armadas, até o momento, a única que possibilitou o acesso de mulheres numa academia militar foi a Força Aérea com a admissão, em 1996, de 17 candidatas para o curso de Intendência da Academia da Força Aérea (AFA), tendo sido a primeira academia militar da América Latina a aceitar mulheres no seu corpo discente (Schmidt et al., 2005).

Na Marinha e no Exército, as academias militares permanecem fechadas para as mulheres. Assim, permanecem também fechadas as possibilidades de as mulheres atuarem em ações bélicas e de galgarem o topo da carreira. No caso particular do Exército, vimos que a porta de entrada inicial para as mulheres foi o QCO. Com a abertura de vagas em outras especialidades ampliaram-se as formas de ingresso feminino. Todavia, devido ao maior número de vagas (por causa das variadas especializações^{iv}), a regularidade do concurso (anual) e a democratização de ocupação (sem restrições de vagas por sexo), o QCO se destaca como a principal porta de entrada das mulheres na instituição. Nota-se, entretanto, que o esforço de inclusão das mulheres nas FFAA, em particular do Exército, ocorreu de forma cautelosa. Todas as portas de entrada foram para áreas não-operacionais, ou seja, para as áreas administrativas, de ensino e saúde que não exigiam as características “masculinas” citadas anteriormente e principalmente: nenhuma delas conduz ao topo da carreira, impedindo com isso que uma mulher venha a comandar a organização em algum momento.

Esta breve descrição da inserção feminina no universo militar nos permite afirmar que a análise deste tema encontra-se em construção, justificando, portanto, nossos esforços de pesquisa. Seja por pressão social ou por iniciativa institucional, o fato é que a “mulher militar” constitui-se numa realidade. Assim, nos interessa saber os limites e as possibilidades dessa incorporação. Em outros termos, procuramos compreender a dinâmica de permanência dessas *mulheres militares* num ambiente de *homens militares*.

4 Doxa e Violência Simbólica: reproduzindo masculinidades no espaço organizacional

Segundo Rosa (2007), pensar a organização militar como um espaço de reprodução da masculinidade, a partir da sociologia simbólica desenvolvida por Pierre Bourdieu (1989, 1995, 1996), requer assumir duas abordagens: a primeira, de que o Exército Brasileiro constitui-se num campo. Ou seja, um espaço relativamente autônomo com suas próprias regras e objetos de disputa que resolvemos denominar aqui de campo militar. A segunda idéia é que, se estamos falando de um campo militar, então temos, necessariamente, a emergência de um *habitus* correspondente, um *habitus* militar. Todavia, sendo esse campo uma construção historicamente masculina, suas regras e relações de força acabam seguindo a mesma lógica subjacente. Desse modo, os protagonistas do campo seriam aqueles que, fizeram essas regras e que por meio delas, *jogam o jogo* com vistas a assumir melhores posições e a conservarem a estrutura do campo. Referimo-nos aos *homens* que, desde a gênese do campo, ocupam posições de dominação nesse espaço de possíveis. Ademais, se para cada campo específico há um *habitus* igualmente específico, sendo o campo militar uma estrutura masculina, então temos a caracterização de um tipo particular de *habitus*: o *habitus* masculino. Assim, a associação *Homem-Militar* torna-se algo tido como certo, algo “natural”, inscrito na “ordem das coisas”, além do debate e da elaboração (Wacquant, 2002). Com efeito, masculinidade e militarismo acabam formando um tipo de *doxa*, uma *doxa* militar.

Nesse contexto, as mulheres sempre estiveram à margem dos *grandes jogos* que estruturaram o sistema de posições e disposições no campo militar. Conforme vimos nos itens anteriores, elas estiveram sempre muito próximas dos militares, chegando até, em alguns momentos, *ser um deles* ou *estar com eles*, seja de forma agregada, seja, temporariamente, em casos de urgência, convocadas. Mas apenas recentemente elas tiveram a oportunidade de

adentrar efetivamente no campo, em particular no campo militar brasileiro. Assim, podemos classificá-las como agentes “recém-chegadas” no campo militar, desprovidas de capital militar (simbólico) e passíveis, portanto, de certa marginalização inicial tendo em vista as *estratégias de conservação* assumidas pelos dominantes do campo (nesse caso, os homens).

Para Bourdieu (2003), a situação de recém-chegado num dado campo implica dois comportamentos possíveis por parte destes: o primeiro seria um alinhamento com os dominantes por meio de estratégias de sucessão adequadas aos termos em voga, assegurando os benefícios prometidos para aqueles que realizam o ideal oficial dentro dos limites autorizados pela *norma*. O segundo comportamento seria “bater de frente” com a ordem dominante por meio de estratégias de subversão, infinitamente mais custosas e arriscadas, contrárias à *norma* e que não asseguram os benefícios prometidos aos que se alinham aos detentores do monopólio da legitimidade. Ora, diante dessas opções e considerando os instrumentos de coerção física, moral e simbólica dispostos pelo regulamento disciplinar do campo militar, digamos que adotar a subversão como estratégia seria pouco provável, considerando os prejuízos e os riscos associados a esta postura.

Por conseguinte, assumindo a primeira opção como viável, a própria socialização militar se encarrega de *conformar* os “recém-chegados” ao *opus operatum* do campo militar ensinando-lhes as regras em vigor e as possibilidades de movimentação de acordo com o *modus operandi* subjacente à dinâmica das relações entre os militares. Nesse processo, a autoridade pedagógica se encarrega de, por meio de um trabalho pedagógico, impor significações de mundo como legítimas, de transmitir o “arbítrio cultural” inicialmente por meio da educação institucionalizada (nos cursos de formação) e, num segundo momento, da educação difusa (nas unidades militares após a formação) (Bourdieu & Passeron, 1982).

Estar submetido ao processo pedagógico e aceitá-lo como legítimo, incorporando seu “arbítrio cultural” como verdade e assumindo posturas morais e corporais, segundo sua *doxa*, consiste em submeter-se a uma *violação* do *habitus* primário, uma violação da subjetividade pregressa em prol de uma nova disposição durável, de um novo espírito, um *espírito militar*. Em outros termos, significa estar submetido à *violência simbólica* subjacente a construção do *habitus* militar. Sendo assim, *todos* os agentes recém-chegados, homens e mulheres que se dispõem a compor o universo militar, estão submetidos à violência simbólica. Todavia, o grau dessa violência será tanto mais doloroso quanto for a proximidade cultural do recém-chegado com a *doxa*. E é justamente nesse ponto que reside nossa “pedra de toque” argumentativa. Pois se o campo militar se constitui como um campo masculino, com uma *doxa* masculina, seu *habitus* correspondente se constitui necessariamente num *habitus* masculino, logo, os homens recém-chegados já compartilham, de partida, uma proximidade congênita com as regras do campo e seus jogos viris de legitimação. Em contrapartida, as mulheres recém-chegadas, além de sofrerem a violação de seu *habitus* “civil” (do mesmo modo que os homens recém-chegados), sofrem também uma violação do seu *habitus* feminino na medida em que são mulheres e precisam assimilar a lógica androcêntrica subjacente ao campo militar. Assim, de partida, estão distantes culturalmente da *doxa*, ficando, ao fim e ao cabo, passíveis de uma violência simbólica com grau muito mais doloroso do que os homens, pois elas são obrigadas a sobrepor uma camada de *habitus* diametralmente oposta (do ponto vista biológico e cultural) à que possuem em sua essência feminina.

Nesse sentido, mesmo tendo sido socializadas num mundo social onde a ordem masculina se apresenta de forma hegemônica em diversas manifestações da esfera pública e privada, ao vestirem um uniforme militar, as mulheres adentram em um mundo onde a masculinidade atinge seu ápice, onde as possibilidades de se afirmar a virilidade por meio da violência são quase infinitas. Além disso, como observa Perrot (1998), trata-se de um dos últimos bastiões masculinos da modernidade. O que sugere um espaço *hostil* à presença feminina. Particularmente no que lhes é *mais nobre*: a parte operacional. Por isso, ainda não

são admitidas para essa atividade, ficando restritas ao que lhes é *menos nobre*: a parte administrativa. Esse tipo de segregação é o resultado da percepção que os militares têm sobre as desigualdades entre homens e mulheres *fardadas*. Diferenças estas – desde a dimensão psico-social (moral) até a dimensão físico-corporal (corporal) – que justificam a exclusão feminina as atividades plenas na profissão militar.

4.1 As desigualdades morais

No estudo feito por D'Araújo (2004) sobre a aceitação de mulheres nas Forças Armadas, aborda-se uma série de motivos para recusá-las, particularmente na parte operacional. A principal barreira contra a mulher está basicamente relacionada à *aptidão física*, conforme veremos no item seguinte. Aqui trataremos de algumas desigualdades morais, isto é, relacionadas à *conduta* feminina que os militares identificam como incompatíveis com a atividade militar.

No decorrer da nossa pesquisa de campo observamos que, além de assumirem determinados comportamentos que fogem das *práticas* comuns à rotina castrense, elas também acabam influenciando no comportamento masculino em suas ações relacionadas a essa mesma rotina. Entre as quais, destacamos a influência da presença feminina no comportamento masculino em relação à proteção. Na ocasião do serviço de guarda ao quartel (principal atividade militar executada na organização analisada), em muitos relatos, observa-se a preocupação masculina quando há uma mulher escalada na equipe de serviço. Para eles, trata-se de uma responsabilidade a mais, a presença delas.

Se eu chego na Parada [formatura inicial do serviço diário] e vejo que a sargento [...] ou a tenente [...] tá de serviço, por exemplo, eu já sei que vou ter que assumir o serviço... não porque elas não conseguem tirar o serviço, não é isso. Mas porque eu sei que se der alguma merda, se o bicho pegar, eu não vou deixar ela sozinha, né? Eu não posso deixar que elas segurem a bomba sozinhas... então nessa hora o cara, o cara que é homem, tem que chegar pra dar uma cobertura, mostrar que você está ali... que você tá na cobertura... [...] ah, se é um barbado que tá ali, ele se vira porra!... quem tem filho de bigode é gato... (risos)... mas claro, dependendo do caso, eu vou chegar também né? Afinal de contas é uma equipe, uma equipe que tem que cumprir a missão, entende? (Entrevistado 8)

Nesse caso, observamos que há uma preocupação com a segurança da mulher e que o mesmo não ocorre com outro homem: “*se é um barbado que tá ali, ele se vira*”. Nesse compromisso de proteger as mulheres, verificou-se uma herança patriarcal do homem que representa e protege a esfera privada, ou seja, mulher e filhos. Em outros termos, esse compromisso é um reflexo da *representação dominante* que também sujeita os homens a confirmarem sua virilidade por meio de ações masculinas, entre as quais a de se lançar em perigo no lugar da mulher (Bourdieu, 1999). Afinal, como diz o depoente: “*o cara que é homem, tem que chegar pra dar uma cobertura, mostrar que você está ali...*”.

Em outras ocasiões, mais gerais que no caso anterior, prevalece também essa idéia de proteção. De que as mulheres precisam de uma atenção especial por parte dos homens e da instituição, levando muitas vezes a causar comportamentos difusos na organização. Além disso, em outros relatos, verificaram-se versões que justificam o referido procedimento.

Elas num tem... ah... como posso dizer? A hierarquia ali na risca... nesse âmbito aí ela é um pouco, digamos assim, ela é um pouco.. distorcida né? Confunde as coisas. Geralmente quando tem a situação assim de, por exemplo, do superior, e a subordinada for mulher, sempre tem aquele negócio né, uma... homem e mulher sempre predomina no lugar do posto né..., não rola o enquadramento...[...] elas são um pouco poupadas. São um pouco poupadas mesmo! Assim que eu vejo. (Entrevistado 3)

No relato acima, observou-se que há uma distorção da hierarquia quando da relação homem-mulher. Pois elas “*são um pouco poupadas*” e os homens tendem a não enxergá-las como militares, mas sim, como mulheres. Na verdade, tomando os depoimentos em conjunto e confrontando-os com as falas anteriores sobre proteção e cuidado do homem com a mulher, observamos que se trata de uma relação de causa e efeito. Quando os homens não reconhecem

a posição hierárquica (posto e graduação) das mulheres e lhes dispensam um tratamento de mulher, deflagram uma flexibilização da *norma* causando a referida distorção, uma vez que elas, sendo tratadas como mulher, acabam agindo como tal. Além disso, essa postura é também uma forma de reduzir as mulheres a sua própria feminilidade, reproduzindo a ordem androcêntrica que sustenta, por meio de *práticas* como esta, a imagem diminuída das mulheres na esfera pública (Bourdieu, 1999).

Há também um *agir estratégico* por parte dos homens em relação a esse procedimento de flexibilização. Pois convém, em alguns casos, manter certa proximidade das mulheres que, sendo vistas como tal, tornam-se *potencialmente* uma possibilidade de relacionamento romântico. No relato abaixo, observou-se o mesmo discurso, porém com outros enfoques.

Tem gente que vem aqui, e fala assim: “Não! Você não precisa me chamar de senhor, não precisa prestar continência”, daí vai, ele dá uma “cantadinha” barata, você dá um corte, e daí agora é assim, oh: “é continência!” Então, isso é complicado pra mulher, quem vê aí fora, acha que é bem melhor para a mulher... entendeu? [...] então, você tem que manter sempre um jogo de cintura... uma postura assim, isso é meio complicado pra mulher. (Entrevistada 1)

Nesse caso, a abertura ocorre quando o militar diz: “*não precisa me chamar de senhor, não precisa prestar continência*” chegando ao limite de abolir completamente os procedimentos de saudação militar previstos no regulamento militar. Isto é, aparece a questão da *conveniência* de se flexibilizar ou abolir a hierarquia em troca de uma maior aproximação que, ao ser frustrada: “*você dá um corte*”, re-configura a relação hierárquica prevalecendo novamente o “*é continência!*”. Essa retomada hierárquica aparece aqui como uma represália pelo insucesso da “*cantadinha*” frustrada.

No que tange a aplicação da hierarquia, observamos também que na relação superior-subordinado os gêneros assumem posturas diferenciadas diante de uma mesma situação.

Nesse caso [de insubordinação], acho que eu tentaria explicar para ele, para não ficar aquela situação de bater boca... sabe? A mulher perde nisso porque é histérica (risos), porque quando a mulher fala alto é histérica, né? Então é complicado, daí eles só falam: “é histérica, tá gritando já”. Então, você não pode nem mudar o tom de voz, para não parecer louca, histérica, descabelada. Então, eu tentaria convencer nesse sentido, eu falaria: oh, mas você descumpriu uma ordem... veja bem [...] se não der certo... daí vou pro regulamento. (Entrevistada 1)

A mesma questão, de insubordinação (não-cumprimento de uma ordem emitida), quando ocorre em domínio masculino, tende a ser resolvida de uma outra forma:

Só tive um problema assim uma vez, com um soldado, mas eu era terceiro-sargento, era novinho e... foi na porrada!!! Botei o braço no cara... (risos) mas eu era novo e depois vi que isso não valia a pena... [...] depois disso eu puni alguns, mas coisa leve, só pro cara ficar esperto, pra colocar o cara no eixo sabe? Dá uma sacudida nele... (risos). (Entrevistado 1)

Os dois relatos, em particular, deixam claro o contraste entre o *jeito feminino* de resolver uma querela hierárquica e o *jeito masculino* diante da mesma questão. No primeiro caso, a mulher, ao se comportar de forma mais enérgica, mais pontual, torna-se “*louca, histérica, descabelada*” aos olhos de quem observa o fato. Pois como ressalta Bourdieu (1999), espera-se da mulher um comportamento discreto, passivo, contido ou até mesmo apagado. Assim, quando ela assume uma posição diferente disso, passa como *anormal*, desequilibrada, sem razão. Tendo, ao final, o regulamento como *ultima ratio*.

No caso do *jeito masculino*, de resolver “*na porrada*”, revela manifestações de uma herança de brutalidade da nobreza de espada diante dos impasses que pudessem *comprometer a honra*, que no caso da insubordinação, seria ter sua autoridade hierárquica colocada em cheque. Ademais, em “*botei o braço no cara*”, observa-se também a confirmação da virilidade por meio da luta que, indiretamente, nos remete a noção de *duelo* enquanto prática usual na sociedade de espada, ou seja, uma instituição social que definia quem era digno de pertencer a uma determinada linhagem, cuja honra deveria ser preservada (Pitt-Rivers, 1992).

Considerando as desigualdades de ordem moral descritas até aqui, podemos dizer que boa parte dessas condutas está relacionada ao *caráter inercial* do *habitus* militar (Wacquant, 2005). Isto é, uma dessimetria entre o atual e o tradicional que conduz à preservação de uma postura individual e organizacional pautada numa visão de mundo que antecede a presença efetiva da mulher no espaço organizacional militar. Na condição de matriz geradora das *práticas*, esse *habitus*, digamos assim, *tradicional* (por produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que o geraram, ou seja, a estrutura histórica do campo militar), tende a reproduzir *o passado como se fosse presente* e, com isso, delinear o *ethos* militar diante das questões referidas na atualidade.

4.2 As desigualdades corporais

A questão do *corpo* é um aspecto primordial da socialização militar porque se constitui no principal elemento de execução das *práticas* corporais performáticas que, em grande parte, acabam determinando o valor do *espírito militar*. Ou seja, quem é “mais” ou “menos” militar que o outro. Além disso, o *corpo* por si mesmo é uma representação do *habitus* em sua dimensão da *hexis*, cujos usos refletem visualmente a in(corpo)ração das estruturas sociais do campo militar. Em adição, esse *corpo* também é o ponto de partida das desigualdades de gênero na medida em que suas diferenças anatômicas são transferidas para o mundo social por meio da *socialização do biológico* e, após sua naturalização, por meio de uma *des-historicização* das estruturas da divisão sexual e todas as divisões binárias correspondentes (seco/molhado, alto/baixo, etc.), retornam ao *corpo* por meio da *biologização do social* transformando as diferenças sociais em diferenças “naturais” (Bourdieu, 1999).

Nesse contexto, portanto, o corpo feminino se torna incompatível com determinadas atividades sociais que a ordem simbólica masculina se encarregou de “naturalizar” como “tarefa de macho”, portanto, adequadas ao corpo masculino.

Na parte física, você está ali, por exemplo, pô, você tá caminhando ali três, quatro dias ali né, quer queira quer não... daí chega e se depara com um charco... elas já olham com um olho enorme praquela charco... (risos) e dizem: “Pô, vou ter que atravessar esse negócio?” Hein? “Vou ter que atravessar isso daqui?” “Ah não, mas eu vou ficar... vou pegar uma... eu vou pegar uma doença”... Como é que é? “Vou pegar uma infecção”. E realmente pega né? Elas pegam mesmo a infecção. Mas normalmente quem leva? Pô isso é relato de quem fez o curso junto com mulher! Lá no final, o homem acaba conduzindo a mulher: “Me dá sua mochila aqui... me dá seu armamento aqui”. Pô, agora você imagina uma tenente, uma sargento sendo carregada pelos cabos, pelos soldados da sua esquadra... Né, porque o sargento é aquele cara visto assim: “Pô, o sargento é o cara que vai!”. Já a mulher é diferente... Isso aí a gente vê no serviço mesmo. O serviço, ele é meio complicado com elas, que às vezes, muitas vezes, penso assim: “Pô, se hoje der algum xabú, der algum problema, eu vou ter que tomar a frente da situação”. Nunca precisei fazer isso...ainda (risos) (Entrevistado 3)

Segundo o relato, o corpo feminino seria incompatível com situações insalubres comuns às atividades de campanha. Embora o corpo masculino esteja igualmente exposto às infecções, em virtude da carga simbólica que o envolve (força, rusticidade, tônus muscular, etc.), pressupõe-se certa imunidade nesses casos. O pré-conceito da própria mulher de “*eu vou pegar uma doença*” e o pós-conceito do homem de que “*realmente pega*” se aproximam do que Bourdieu (1999) denomina de *pedagogia da incompetência*, cuja lógica desestimula as mulheres de se lançarem em determinados desafios sob o argumento antecipado de que *vai dar errado*. O que acaba ocorrendo *magicamente*. Em confluência, há o comportamento protetor (já discutido) em que o homem diz: “*me dá sua mochila aqui...*” e, para o prejuízo da imagem feminina e sua conseqüente desvalorização simbólica, “*acaba conduzindo a mulher*”.

Por outro lado, reconhece-se a aptidão física como um atributo essencial para o bom desempenho das atividades militares desenvolvidas pelas mulheres, conforme o relato abaixo.

Vou te dar um exemplo: a capitão [...] é um tipo de militar que desemboca melhor que muito marmanjo nesse quartel... no TAF [Teste de Aptidão Física], meu amigo, muita gente não alcança ela... quando ela tirava serviço, não era diferente... desembocava também, igual homem. Fazia ronda, pernoite, coisa

e tal... [...] então eu acho que algumas mulheres tem requisitos pra ir no operacional, entende? Tem mulher que desemboca... (Entrevistado 8)

Observamos neste relato a correlação entre aptidão física e masculinidade quando o depoente diz: “...desembocava também, igual homem” sugerindo que o fato de essa oficial correr mais que “*muito marmanjo*” faz dela uma militar apta “*pra ir no operacional*”. Assim, o preparo físico seria um requisito fundamental para o acesso das mulheres às funções *nobres* do campo militar, funções estas que permitem um maior acúmulo de capital militar, logo, maior poder simbólico, o que possibilita maior desenvoltura no jogo.

Sendo um jogo, portanto, a dinâmica social do campo está de acordo com as estratégias adotadas pelos dominantes, isto é, estratégias de manutenção e conservação do *satus quo*. Isso implica *rejeitar* qualquer mudança que ameace a estabilidade das posições, entre elas, o acesso ao capital cultural.

Nessa parte assim, burocrática, não tem problema nenhum. Eu acho que não há problema da mulher assumir. A mulher, quer queira quer não, ela tem uma visão diferente do homem. Ela usa mais o seu lado humano do que o homem. Na parte de papel, isso aí não tem problema nenhum, por isso que elas estão na administração. Já na parte operacional, aí eu já ficaria muito preocupado... muito preocupado porque eu não sei... como eu sou de Infantaria, eu não sei se eu tiver correndo no campo, ela vai estar lá me fazendo cobertura do tiro do inimigo, né? Não acredito que elas possam fazer isso... e enquanto isto, eu estou exposto. [...] Mas eu acredito que, como elas estão tomando seu espaço, pode até ser que um dia elas até venham cumprir a missão tão bem quanto os homens. É difícil. Eu te falo que é muito difícil. Por quê? Hoje, né, a única academia que não abriu espaço pra mulher foi a AMAN... e eles estão certos! Na AFA já tem, já tem até cadete pilotando avião... mas não exige tanto a parte física delas, né? [...] o destaque que eu faço é o seguinte: tomara que a Academia [AMAN] demore um bom tempo pra aceitar as mulheres (risos)... (Entrevistado 3)

Novamente temos o argumento lugar-comum sobre o papel da mulher no Exército: na parte burocrática “*não tem problema nenhum*” e na parte operacional “*já ficaria muito preocupado*”. A razão citada pelo entrevistado reside na *desconfiança* da capacidade feminina de fazer “*cobertura do tiro do inimigo*” numa situação de combate. Em seguida ele se refere à possibilidade de a mulher “*cumprir a missão tão bem quanto os homens*” como algo difícil de acontecer pelo fato de não haver qualquer acesso delas à formação militar oferecida pela AMAN^v que, supostamente, faria com que elas se iguallassem aos homens. Contudo, o fechamento da fala suscita um desejo: “*tomara que a Academia demore um bom tempo pra aceitar as mulheres*”. Tendo mencionado a experiência da AFA como um caso que “*não exige tanto a parte física delas*” então podemos inferir que na AMAN seria diferente, pois se exige mais da parte física. Nesse contexto, temos a formação do seguinte axioma: *as mulheres não conseguem se igualar aos homens porque não são admitidas na AMAN, mas não são admitidas na AMAN porque não conseguem se igualar aos homens*.

Ora, ao fim e ao cabo, observamos a ocorrência de um ciclo de exclusão que se auto-justifica, assegurando a *reprodução* da dominação masculina no campo militar por meio de mecanismos de segregação feminina que operam em duas direções: *Vertical*, porque ao restringir o acesso à formação da AMAN, restringe também o acesso ao topo da carreira, uma vez que o posto de General-de-Exército é privativo dos oficiais formados naquela escola; e *Horizontal*, porque sem a formação combatente oferecida principalmente, mas não exclusivamente, pela AMAN, elas não podem assumir (ou assumem precariamente, o que dá no mesmo) as funções operacionais, consideradas *áreas nobres* de atuação militar.

Tomadas em conjunto, em todas as conseqüências advindas das diferenças *morais* e *corporais* discutidas anteriormente, sugere-se um sistema (o)posições que coloca de um lado o homem – com todas as virtudes que a profissão militar espera, de outro as mulheres – com todas as deficiências que a profissão não espera. Nesse sentido, desenvolvemos sua oposição por meio do conjunto de atributos extraídos das diferenças socialmente construídas entre

homens e mulheres cuja matriz organiza todo o cosmos de possibilidades no campo militar. Na figura 1, verifica-se essa matriz de representações em perspectiva.

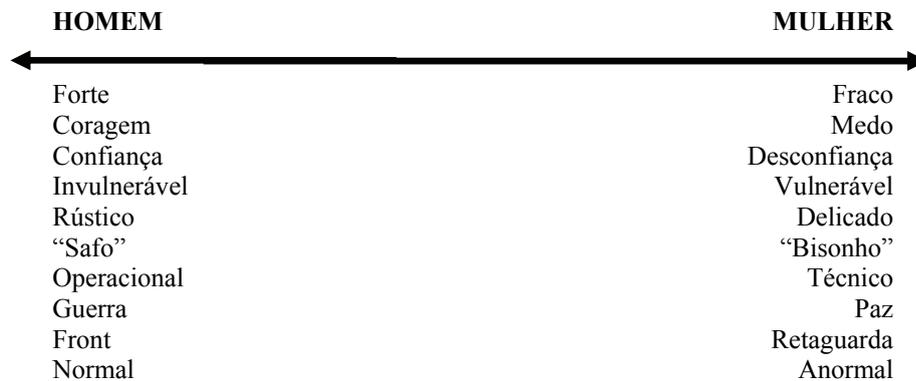


Figura1 – Representações simbólicas das desigualdades entre os gêneros no campo militar
Fonte: elaborado pelos autores

Temos, portanto, duas imagens opostas que se inscrevem nos corpos feminino e masculino organizando o conjunto de atributos que subsidiam a carga simbólica de cada corpo em particular. Com efeito, constrói-se socialmente, no âmbito do campo militar, o conceito de *Homem Militar* em oposição ao conceito de *Mulher Militar*. Sendo esse último, um *corpo Fraco*, Medroso, que não inspira Confiança, Vulnerável, Delicado, “Bisonho”, Técnico, ligado à Paz e localizado na Retaguarda dos conflitos, enfim, um corpo *Anormal*. Ao passo que o primeiro, do Homem Militar, um corpo Forte, Corajoso, que inspira Confiança, Invulnerável, Rústico, “Safo”, Operacional, ligado à Guerra e localizado no *front* dos conflitos, enfim, um corpo *Normal*. Sendo assim, seguindo Bourdieu (1999), esse sistema de oposições assume um sentido totalmente independente das relações de força, colocando essas diferenças “na ordem das coisas”. Ou seja, como algo *naturalizado*, dóxico.

5 Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução na organização analisada. Para tanto, iniciamos argumentando que embora a mulher tenha se inserido com sucesso em diversos campos sociais, outrora incessíveis, ainda enfrenta certa resistência no campo militar em virtude das características deste espaço que, sobretudo, é um espaço masculino. Por meio de uma breve digressão histórica, vimos que as mulheres sempre estiveram muito próximas do referido campo, porém sempre estiveram à margem dele. Seja como acompanhantes, convocadas ou até mesmo incorporadas, em todas as ocasiões prevalece a visão comum de que elas até podem contribuir *com a guerra*, porém jamais *fazerem a guerra*. Pois se trata de uma atividade nobre, logo, uma *prática* exclusiva dos dominantes do campo: os homens.

Assim, ao adentrarem este espaço androcêntrico, a mulheres estão passíveis a sofrer uma violência de natureza simbólica, pois se submetem a uma dupla violação do seu *habitus* primário: primeiro por ser uma “civil”, o que denota ter de adotar posturas militarizadas; segundo por ser mulher e ter que assumir uma postura masculina contrária ao seu *habitus* primário de mulher. Com efeito, impossibilitadas de assumirem algo que não são (pois acima de tudo são mulheres), não conseguem escapar da *socialização do biológico*. Pois seus próprios *corpos*, na qualidade de *corpos femininos* (ou seja, biologicamente de mulher), constituem-se num símbolo cuja representação social torna-se estigmatizada. Ao ser visto como um *corpo fraco* que não “serve” para a confirmação da virilidade por meio da violência, torna-se, enfim, um corpo incompatível com a profissão militar.

As conseqüências dessa imagem de mulher coadjuvante e limitada resultam em duas formas básicas de percepção que configuram dois tipos de desigualdades: (i) as *desigualdades morais*, que expressam as diferentes condutas assumidas por homens e mulheres no campo militar. Em particular, observamos que os homens assumem um papel de protetor que ampara nas situações de risco e que dispensa a rigidez da hierarquia, bem como atitudes agressivas ou dialógicas no trato com o subordinado. Aspectos estes que colocam a mulher em situações de constrangimento perante a lógica do campo; e (ii) as *desigualdades corporais*, que demarcam a principal diferença entre os gêneros na organização militar, pois colocam, *a priori*, por meio da pedagogia da incompetência, o *corpo* da mulher como inadequado para as atividades operacionais. Sendo, portanto, o principal argumento para exclusão feminina das atividades nobres do campo militar, logo, das principais fontes de capital simbólico.

Assim, o campo militar organiza sua dinâmica de relações sociais de forma a segregar o acesso das mulheres à profissão militar, remetendo ao que Bourdieu denomina de *permanência das posições relativas*. Ou seja, a falsa idéia de inclusão social por meio de uma inserção seletiva que busca, acima de tudo, preservar as posições de poder nesse campo, historicamente construído e administrado *pelos e para* os homens.

Embora nossos resultados sejam específicos ao campo militar, tendo em vista a relação entre gêneros neste espaço, acreditamos que as proposições aqui apresentadas sejam úteis também para pensarmos os processos de dominação masculina existentes nas organizações contemporâneas. Pois mesmo não sendo organizadas explicitamente dessa forma, possuem mecanismos igualmente sutis de segregação da mulher, colocando-a em segundo plano nas atividades de prestígio em cada campo particular, não obstante a comprovada capacidade das mulheres em exercer as mesmas atividades que os homens. Ou seja, são discriminadas por meio de uma *lógica cultural*, fruto de uma herança patriarcal que insiste em se manifestar, reproduzindo estruturas tradicionais que visam, sobretudo, excluir, violentar e dominar a subjetividade da mulher, ou seja, a feminilidade.

6 Referências Bibliográficas

- Almeida, M. M. de M. (2001). Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar. In R. Muraro (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1995). *Distinction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2003). O campo científico. In: R. Ortiz (Org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1982). *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Caire, R. (2002). *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Calás, M. B.; Smircich, L. (1996). From "the woman's" point of view: feminist approaches to organization studies. In: S. Clegg; C. Hardy; W. Nord (Eds.). *Handbook of organization studies*. London: Sage.
- Cappelle, M. C. A. (2006). *O Trabalho feminino no policiamento operacional*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Castro, C. (1990). *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Connel, R.W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity.
- Costa, C. de L. (1994). O Leito de Procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. *Cadernos Pagu*, 2, 141-174.
- Cytrynowicz, R. (2000). A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *História, Ciências, Saúde*, 7(1), 73-91.

- D'araujo, M. C. (2003). Postmodernity, sex and gender in Armed Forces. *Security and Defense Studies Review*, 3(1), 70-108.
- D'araujo, M. C. (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In C. Castro ; V. Izecksoh ; H. Kraay (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV.
- D'Avila Neto, M. I. (1980). *O autoritarismo e a mulher*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Donaldson, M. (1993). What is Hegemonic Masculinity? *Theory and Society*, 22(5), 643-657.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb.
- Fonseca, C. (1998). Prefácio. In J. M. Pedro; M. P. Grossi (Org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Freyre, G. (1988). *Casa Grande & Senzala*. 27ed. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, R. (1997). *O quadro complementar de oficiais, na atual política de pessoal do exército*. Monografia de especialização, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Oliveira, P. P. de. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- Perrot, M. (1988). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Perrot, M. (1990). *Historia das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento.
- Perrot, M. (1998). *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp.
- Pitt-Rivers, J. (1992). A doença da honra. In M. Gautheron (Org.) *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM.
- Posthuma, A. C. (1997). Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. *São Paulo em Perspectiva*, 11(1), 68-73.
- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In J. M. Pedro; M. P. Grossi (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Rosa, A. R. (2007). *(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.
- Schmidt, F.; et al. (2005). Gênero e mudança organizacional: um estudo de caso sobre o pioneirismo das aviadoras da Força Aérea Brasileira. In *Anais do 29º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação Em Administração*, Brasília: ANPAD.
- Scott, J. W. (1988). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 05-22.
- Vaitsman, J. (2001). Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In R. Muraro (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Wacquant, L. (2002). The sociological life of Pierre Bourdieu. *International Sociology*. 17(4), 549-556.
- Wacquant, L. (2005). Habitus. In: J. Beckert, & M. Zafirovski. (Eds.) *International encyclopedia of economic sociology*. London: Routledge.

Notas

ⁱ Nesse sentido, Almeida (2001, p.21) destaca que o foco nas mulheres se sustenta com “[...] o argumento – quase sempre de base feminista – de que estudar a masculinidade é tão antigo como a própria ciência (já que a denúncia da existência de um *bias* masculino na produção filosófica, social, antropológica etc. sempre foi bandeira de reivindicação das mulheres, especialmente as da corrente desconstrucionista)”.

ⁱⁱ Aqui assumimos as práticas discursivas como práticas sociais com base no modelo tridimensional desenvolvido por Fairclough (2001) que estabelece uma relação entre texto (discurso) e contexto (práticas sociais) tendo as práticas discursivas como mediadoras dessa relação. Ou seja, contida nas práticas sociais e contendo o texto.

ⁱⁱⁱ O termo refere-se à organização social predominante no período colonial no qual a “família” era a expressão máxima dessa dinâmica. Isto é, a esfera privada tinha um papel determinante nos rumos da economia e da administração colonial (Freyre, 1988).

^{iv} Atualmente o QCO conta com profissionais graduados nas seguintes especialidades: Administração, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Informática, Magistério (Língua Portuguesa, Matemática, História, etc.), Pedagogia, Psicologia e Veterinária (Oliveira, 1997).

^v Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), escola de nível superior destinada à formação dos oficiais de carreira na área operacional do Exército Brasileiro. Somente os oficiais formados nesta academia podem atingir o posto máximo da hierarquia (General-de-Exército), logo o único meio de ter acesso ao comando da instituição. Para detalhes sobre a formação na AMAN, ver Castro (1990).